

Saúde como tema de Segurança Internacional

GT 19: Salud y seguridad social. Transformaciones sociales e impactos en la población.

Rafael Pons Reis

Doutorando em Sociologia Política pela UFSC e Professor do UniCuritiba

Resumo:

A ocorrência de um conjunto de novas situações no cenário internacional fez com que alguns pensadores passassem a considerar determinadas doenças infecciosas – AIDS, SARS e mais recentemente a H1N1 – como fonte de ameaças à segurança dos Estados Nacionais, devido aos seus amplos efeitos e consequências sobre a estabilidade política e econômica tanto em âmbito doméstico como internacional. Assim exposto, o objetivo da presente pesquisa consiste em examinar como o tema da saúde tem sido incorporado em meio ao contexto do risco na saúde; a questão do risco e saúde nas ciências sociais; e por fim a introdução do tema da saúde nos estudos sobre segurança internacional.

Palavras-chaves: segurança, saúde, securitização.

Introdução

Não é recente nas Relações Internacionais a aproximação entre os temas de saúde e da segurança, embora tradicionalmente os estudos tenham sido conduzidos a partir perspectiva estratégica-militar. As pesquisas versavam não apenas sobre como os temas de saúde afetavam uma série de questões consideradas como ameaças à segurança dos Estados Nacionais – como as doenças infecciosas –, mas também sobre como os conflitos armados afetam na provisão de serviços de saúde, devido a destruição de hospitais, dificuldade na distribuição de medicamentos, carência de médicos e enfermeiros e da potencial proliferação de doenças por parte dos refugiados. Em outras palavras, as pesquisas procuravam entender sobre como as doenças podem afetam a capacidade militar e as operações militares dos Estados Nacionais, bem como sobre os impactos dos conflitos armados na saúde das forças militares e nos serviços de saúde.

No entanto, o fim da guerra fria e a entrada do novo milênio sinalizaram a emergência de novos fenômenos transnacionais cujas transformações no cenário internacional contribuíram em alterar a percepção acerca da natureza das relações entre os dois temas. Desse modo, os estudos sobre segurança, riscos e ameaças, em face da ausência de um inimigo óbvio ou rival, passaram a levar em conta prováveis ameaças oriundas dos campos societal, econômico, ambiental, e, particularmente, da saúde.

Entendemos que cada um desses significados é construído a partir de determinadas narrativas carregadas de valores, interesses, agendas e meios de ver o mundo. Nesse sentido, nos primeiros anos do século XXI, verifica-se a emergência de uma nova narrativa nos estudos de segurança em face da adoção, por parte de alguns países e organizações internacionais, do tema da saúde nas agendas de segurança.

1. O contexto do risco na saúde

O termo *risco* data de meados do século XIV, mas foi no século XVI que adquiriu a conotação de perigo. No século XIX o sentido da palavra esteve relacionado a apostas e jogos de azar, ao passo que na Segunda Guerra Mundial, no campo da engenharia, o conceito ganhou importância diante da necessidade de calcular danos decorrentes do uso de materiais perigosos.

Contemporaneamente, dada a grande produção científica, o conceito de risco é utilizado por diversos campos de saber, segundo Castiel (2010), agrupados em quatro grandes grupos: as ciências econômicas, a epidemiologia, a engenharia e as ciências sociais. Enquanto os três primeiros grupos estudam o risco a partir de métodos quantitativos, as ciências sociais o estudam na perspectiva daquele que o percebe, isto é, como o indivíduo entende as situações de risco e como são socialmente construídos. Desse modo, os cientistas sociais chamam a atenção para que as avaliações de risco incluam determinados fatores subjetivos (éticos, morais e culturais) que influenciam no menu de opções dos indivíduos.

Segundo Spink (2001), surgiu na década de 1950 um campo multidisciplinar denominado por *análise de risco*, englobando três áreas de especialidade: i) o cálculo dos riscos (*risk assessment*), ii) a percepção dos riscos pelo público, e iii) a gestão dos riscos. Recentemente uma quarta área foi incorporada, a da comunicação ao público sobre os riscos.

O tema da gestão dos riscos configura-se como um fenômeno novo, sinalizando a superação da *modernidade clássica* para a *sociedade de risco*. Dentre os autores que abordam sobre risco, Ulrich Beck sustenta o argumento de que a sociedade industrial clássica da “Primeira Modernidade”, ou “Modernidade Simples”, gerou determinados riscos – como que efeitos colaterais – sobre a “Segunda Modernidade”, iniciada a partir de meados da segunda metade do século XX.

Segundo Beck, a Primeira Modernidade caracteriza-se pela emergência do capitalismo industrial, momento marcado pelo desenvolvimento tecnológico, de transportes e acumulação intensiva de bens e capital. Neste contexto, o crescimento das forças produtivas dos Estados nacionais esteve diretamente ligado com a exploração desenfreada dos recursos naturais e do processo de surgimento dos riscos e das respostas institucionais a eles (BECK, 2003, p.114). Contudo, o autor defende a ideia de que os padrões coletivos típicos desta modernidade como a crença no progresso, no papel da ciência e da técnica na predição e controle dos riscos, a abundância dos recursos naturais e a segurança do emprego, foram solapsadas por conta da radicalização dos processos de modernização¹.

A Segunda Modernidade, também chamada por Beck de Sociedade Reflexiva, ou por Giddens de Modernidade Reflexiva, Alta Modernidade, ou Modernidade Radicalizada, inicia-se em meados da metade do século XX e implica em uma fase própria do desenvolvimento das sociedades modernas. Para Beck (1997, p. 17) a segunda modernidade “(...) designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial”. Contudo, nem Beck e Giddens afirmam ser possível delimitar social ou temporalmente as ameaças típicas da sociedade de risco, estas passando do âmbito local para o global, mas concordam que o desenvolvimento da tecnologia nuclear e a possibilidade de uso para fins bélicos fizeram com que a discussão sobre os riscos tecnológicos ganhasse atenção e relevância tanto na academia quanto na

¹ Beck menciona sobre cinco processos que intimamente interligados, a saber: a revolução do gênero, o desemprego/subemprego, a globalização, a individualização e os riscos globais (BECK, 1999).

sociedade internacional.

No entendimento de Beck, a transição da Primeira para a Segunda Modernidade não se deu por meio de revoluções, mas sim de forma apolítica, silenciosa, cega, “(...) alheia ao Parlamento, ao governo e ao público, como um dos efeitos colaterais da derrocada que, uma vez impedida, só aos poucos vai se tornando visível no conflito das opiniões e das interpretações” (BECK, 2003, p. 22-23).

Na transição da Primeira para a Segunda Modernidade, Beck e Zolo (2002) afirmam não se tratar de uma ruptura, mas sim de uma descontinuidade, tendo em vista a constatação das mudanças² operadas na organização social e política, na conformação de um quadro de risco global afetando tanto nações ricas como pobres, não respeitando as fronteiras dos Estados nacionais, nem a segmentação de classes, influenciando também nas identidades coletivas e no sistema de referências usados até então para estudar as sociedades.

Nessa transição, a natureza dos riscos passa a ser mais complexa e diversificada, em decorrência do desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia, num contexto marcado pela globalização e pelas tensões entre o local e o global. Tratam-se de riscos que se consubstanciam num quadro de ameaças e de consequências incontrolláveis tanto para o meio ambiente como para a saúde humana.

Sendo assim, a noção de risco tem confrontado a capacidade da ciência, da técnica e da sociedade contemporânea em dar respostas frente aos diversos riscos, sejam estes sociais, sanitários, políticos, ambientais, químicos, nucleares, genéticos, individuais, econômicos, sobretudo em regiões transfronteiriças que apresentam epidemias, tal como na elevada incidência de tuberculose na região da tríplice fronteira entre Brasil/Argentina/Paraguai.

Na literatura especializada, são vários os cientistas sociais que têm se dedicado em analisar as transformações, o alcance e o impacto dessas mudanças na sociedade. Dentre eles, destaca-se o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em que defende o termo Modernidade Líquida (2001) para designar o atual momento histórico, o da pós-modernidade.

Para Bauman, a modernidade foi marcada pela solidez, consubstanciada pelo papel do Estado-nação, pela certeza científica e previsibilidade. Com o desenvolvimento e o decorrente impacto dos processos industriais, e das transformações políticas e sociais³ pelas quais passam as sociedades contemporâneas, emerge a Modernidade Líquida, marcada pela volatilidade, fluidez, maleabilidade, flexibilidade, autoafirmação do indivíduo, em que a ciência perde seu status de autoridade, em que as tradições e instituições sólidas são corroídas; enfim, trata-se de algumas características que conferem um estado liquefeito às tantas esferas dos relacionamentos humanos já citados.

Assim sendo, diante da instabilidade, das incertezas e inseguranças provenientes da sociedade de risco que caracterizam a Modernidade Líquida, Bauman (2001, p.9) define *ambivalência* como a “(...) possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria.” A ambivalência tem

² Importante mencionar aqui a noção de Beck de “individualismo institucionalizado”, entendido não como uma forma de percepção do indivíduo isolado, mas sim de instituições centrais da sociedade contemporânea, como a necessidade dos indivíduos de desenvolverem uma biografia própria, bem como de se desvencilhar das predeterminações coletivas (BECK & BECK, GERNSEIM, 2002). O autor apresenta como causa desse processo de individualismo institucionalizado o fato de determinadas instituições importantes da sociedade, como a educação, os direitos sociais, civis e políticos, estarem voltadas para o indivíduo, e não para a família ou grupo. Desse modo, afirma que as forças da individualização têm erodido a consciência de classe, uma vez que as dificuldades pessoais já não culminam em causas grupais ou coletivas.

³ Transformações que ocorrem em diferentes esferas nos relacionamentos humanos, como: na vida privada e pública, nas relações sociais, no Estado, instituições sociais e no mundo do trabalho.

provocado problemas de ordem institucional e social que escapam dos modelos teóricos conceituais utilizados pela Sociologia.

Consoante com o pensamento de Bauman, Ulrich Beck, por sua vez, afirma a existência de uma crise conceitual da ciência social. É de sua autoria o termo *categorias zumbis* (2003, p.14), que são categorias mortas-vivas, ou seja, faz alusão aos conceitos e pressupostos obsoletos desenvolvidos na Primeira Modernidade que se encontram distantes da realidade atual, e que, portanto, tendem a desaparecer.

2. Risco, Saúde e as Ciências Sociais

A sociologia clássica da primeira modernidade não se preocupou em estabelecer relações acerca da interdependência do homem com a natureza. Preocupada com temas⁴ que garantissem sua identidade e autonomia relegou os assuntos do meio ambiente para as ciências naturais. Dessa forma, entendia que a explicação dos fenômenos sociais pertencia exclusivamente ao estudo da sociedade, e que as causas dos fenômenos deveriam ser encontradas excepcionalmente nas relações e fenômenos sociais.

Nesse sentido, Aurea Ianni argumenta que:

“(...) muitas das ciências sociais buscaram traduzir para o campo da sociedade, da cultura ou da história os procedimentos que haviam sido elaborados pelas ciências físicas e naturais, delegando a elas a autoridade da discussão dos processos vitais, das ‘coisas vivas’, e mantendo para si o ocupar-se das ‘coisas sociais’”. (IANNI, 2011, 34)

Foi por isso que a Saúde, entendido como fenômeno da natureza, permaneceu, ao longo do século XIX, relegada ao estudo pelas ciências biológicas e naturais. Dessa forma, as bases teóricas e epistemológicas da Saúde Coletiva encontram guarida nessa suposta ‘separação’ entre o biológico e o social, evidenciada, de um lado, pela negação do meio ambiente, e de outro, na afirmação do fenômeno social e da sociedade.

Já no contexto da segunda modernidade, o arcabouço teórico-conceitual das ciências sociais ‘clássicas’ sofrem um grande impacto diante da particularidade e intensidade dos novos fatos e fenômenos. As transformações provocadas pela segunda modernidade, mencionadas na seção anterior, acabou por forçar a teoria social contemporânea, lentamente, a estudar esses fenômenos e os contextos sociais. Em face do desenvolvimento de práticas biotecnológicas, como a reprodução assistida, de transplantes implantes de órgãos, fluidos e tecidos, da pesquisa e produção de medicamentos, de terapias hormonais, dentre outras, a segunda modernidade é responsável por romper os limites do paradoxo moderno entre natureza e sociedade.

Será na segunda modernidade que os problemas ambientais, por exemplo, como o fenômeno da mudança climática, a transgenia, a contaminação pelo uso dos agrotóxicos, dentre outros, revelarão a falsa divisão entre o natural e o social.

⁴ A sociologia clássica ocupou-se com temas relativos ao momento histórico quando de sua criação, como: o surgimento dos Estados-Nação, a ascensão das classes sociais, o processo de urbanização das populações, o trabalho, dentre outros.

É nesse contexto que, nas décadas de 1970 e 1980, a Saúde Coletiva passa a se consolidar como campo de pesquisa e de práticas. Trata-se de um importante avanço para o estudo da Ecologia Humana, uma que, segundo Ianni (2011, p. 35), a “(...) a natureza da saúde é moldada irreversivelmente pela cultura”. Na década de 1980 o campo da Saúde Coletiva passa a se configurar numa perspectiva que abarca três dimensões: i) como uma corrente de pensamento, ii) como movimento social e iii) como prática teórica (NUNES, 1994).

Outra característica importante que marca o atual estágio de nossa sociedade de risco consiste no caráter de reflexividade, ou seja, na sistemática e contínua revisão com base nas novas informações e conhecimentos que vão surgindo nos variados aspectos da vida social. Como exemplo, Spink (2001) aponta o questionamento da ciência, uma vez que os métodos científicos aplicados à natureza, às pessoas, e à sociedade vem gradualmente sendo confrontados, sobretudo no campo da Saúde Coletiva.

As recentes discussões epistemológicas e metodológicas entre social e biológico, ou entre cultura e natureza, configuram-se como exemplos das tensões pelas quais passam as Ciências Sociais. Sendo assim, ao estudar o desenvolvimento das ciências sociais nos séculos XIX e XX, por exemplo, a Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996) considerou necessária e urgente proceder uma revisão acerca da relação que elas haviam estabelecido com a categoria *natureza*, diante da perspectiva de abrirem novos olhares aos novos tempos.

Nesse sentido, a fim de avançar o atual estágio que se encontram as ciências sociais, Emilio Moran (2011) defende a necessidade de um maior engajamento por parte das ciências sociais em pesquisas multidisciplinares em conjunto com as ciências biofísicas. Nesse sentido, aponta que:

“Requer, em vez do esforço solitário – mais comum nas ciências sociais – um trabalho em grande equipes de cientistas. (...) o trabalho deve ser multinacional, multidisciplinar, multiescalar, multitemporal, espacialmente explícito e politicamente relevante. Para ser bem-sucedida, essa tarefa exige que baixemos a guarda e tenhamos as ferramentas, as teorias e os métodos certos para as perguntas que estão sendo formuladas (independentemente das disciplinas de onde elas vieram). A meta é escolher as perguntas e equipes corretas para o trabalho, mesmo que isso signifique incentivar os membros da equipe a aprender abordagens que não fizeram parte de sua formação acadêmica.” (MORAN, 2011, p. 50).

3. Segurança Internacional na área da saúde

Segurança Nacional é um termo caracterizado de muitas formas: que o Estado é o objeto de referência de segurança; que as principais preocupações dos Estados são sobre ameaças diretas, geralmente de natureza militar; e dado o contexto anárquico do sistema internacional, os Estados devem estar atentos o tempo todo sobre sua capacidade de prover poder, riqueza e qualidade de vida para seus cidadãos. Sendo assim, segurança depende da capacidade do Estado de proteger a si mesmo de ameaças que possam comprometer sua sobrevivência.

Em um contrato social instituído, em que os cidadãos abandonam parte de suas liberdades individuais para garantir uma porção maior de recursos coletivos, pode estar em risco e sendo

prejudicado pelo aumento do poder do Estado. O Estado vê sua autopreservação mais importante do que a vida e o bem estar de seus cidadãos. O Estado, portanto, pode tornar-se disposto a sacrificar as liberdades e os direitos das pessoas que supostamente jurou proteger, a fim de preservar seu próprio poder. Foi este o medo que levou muitos profissionais da saúde em ser cautelosos quanto ao entendimento sobre o termo segurança nacional.

Os estudos sobre segurança estão presentes em diversos campos, como exemplo, são várias as discussões no âmbito acadêmico, em organizações internacionais, na iniciativa privada, e principalmente na esfera governamental. Importante mencionar que o termo segurança apresenta-se como um conceito cuja definição dá-se de forma subjetiva, pois o seu entendimento varia de acordo com a percepção do sujeito que faz uso do termo. Isso significa dizer que a percepção de ameaça e o entendimento sobre o que é seguro ou não pode variar de sujeito para sujeito.

Conceituar um termo cujo entendimento é subjetivo, é admitir uma visão de mundo, uma vez que, o pensar segurança varia de acordo com as condições e evolução da sociedade e das relações internacionais (TOME, 2010). Nesse sentido, Rudzit (2005, p.306) entende que:

“O significado de segurança será tão diverso quanto as condições e situações de diferentes Estados a que este conceito é aplicado, assim como o processo de formação do Estado em países não desenvolvidos é diferente dos países do primeiro mundo”.

Nesse sentido, os países desenvolvidos ocidentais entendem a segurança como “sinônimo de proteção contra ameaças externas” aos interesses vitais e aos valores básicos do Estado, cuja fonte de ameaça é de origem externa ao próprio Estado, como a ameaça terrorista aos Estados Unidos cujas redes terroristas podem estar dispersas em várias partes do globo.

Já para os países em desenvolvimento, a percepção de ameaça passa a ser outra, ou seja, não é de origem externa como nos países desenvolvidos, mas oriunda de seu próprio Estado, a partir da instabilidade política e econômica decorrente de crises econômicas, tráfico de drogas, desequilíbrios ambientais, entre outras, que podem por em risco a sobrevivência do Estado. Vale destacar que essa visão não nega a existência de possíveis ameaças externas, contudo, as internas são fontes de maior preocupação, e podem gerar preocupações em países vizinhos, uma vez que essas ameaças podem transbordar do país de origem e afetar os vizinhos.

Em um segundo momento, é preciso trazer a historicidade do termo, com um estudo da mudança de percepção do conceito através da história. Entretanto, por motivo de delimitação da pesquisa, faz-se necessário fazer um recorte e trazer apenas duas formas de analisar a segurança: a tradicional e as novas abordagens (ou abordagem abrangente).

3.1 Vertente Tradicional

A abordagem Tradicional é associada às ideias centrais da Teoria Realista das Relações Internacionais e suas derivações, como o Neo Realismo. De maneira objetiva, essa abordagem defende a ideia de que as relações entre os países são de natureza conflituosa e competitivas e de que nesse ambiente o único ator que tem importância é o Estado. Por esse motivo, a segurança é a sobrevivência

estatal, e a ameaça à essa segurança se origina de tudo o que afeta o povo, território e instituições dos Estados. Essas ameaças são vistas apenas sob a ótica de ameaças militares.

Dessa maneira, a segurança é vista como “do Estado e pelo Estado” (TOMÉ, 2012, p.34) no sentido de que o Estado é o afetado por possíveis ameaças e ao mesmo tempo o provedor da sua própria segurança.

Pela ótica realista, em suma, a segurança é para o Estado, provida por ele mesmo, através de instrumentos militares, contra qualquer ameaça ao seu território e/ou à sua sobrevivência.

Grace Tanno (2003, pg.49) indica uma outra questão:

“Durante o auge do conflito bipolar, grande parte da literatura da área [de segurança] enfatizava, portanto, apenas aspectos estratégicos e militares (Baldwin, 1995; Booth, 1991; Haftendorn, 1991; Nye e Lynn-Jones, 1988). Os estudos de segurança acabavam por legitimar políticas que reproduziam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria [a bipolaridade que está diretamente associada à competição entre as duas superpotências da época].”

Em outras palavras, a Guerra Fria é um período onde a aplicação dessa abordagem é apropriada, e não por acaso, na época boa parte dos acadêmicos e *policy makers* a utilizavam.

3.2 Vertente Abrangente

Com o fim da Guerra Fria, muitos estudiosos perceberam que o conceito tradicional de segurança não dava mais respostas satisfatórias ao novo cenário que se desenhava e que, portanto, era preciso uma nova maneira de pensar a segurança. Esse cenário consiste como resume Rafael Duarte Villa (2009, p.1), no recuo das preocupações estratégicas militares frente ao crescimento do debate político de novas temáticas como ecologia e economia, “em outros termos, consolidam-se novos fenômenos de segurança antes ocultos e diluídos pelo debate em torno da Guerra Fria, durante a qual a discussão se centrava nas preocupações derivadas do confronto Leste-Oeste”.

Com isso, muitas questões que antes eram consideradas *low politics* (como por exemplo, o meio ambiente, saúde, migração) passam a ter mais destaque assim como a atuação de novos atores (ONG's, empresas, sociedade civil). Villa (2009, p.1) ainda destaca que a natureza desses novos atores e novos temas é de cunho social, marcada por “uma sociedade civil cada vez mais transnacionalizada” e, por isso, a participação de novos atores no entendimento de segurança ocorre, já que não é algo centrado apenas na lógica do Estado.

Desse novo entendimento surge uma nova percepção da segurança: a vertente abrangente. Os principais expoentes dessa visão são Barry Buzan e Ole Wæver com os estudos da Escola de Copenhague.

Sob essa visão, a segurança não é mais percebida através de uma dimensão militar apenas, mas sim, por cinco dimensões, isto é, uma segurança multidimensional. De acordo com Barry Buzan *et alii* (1998) as dimensões são: i) militar, ii) política, iii) econômica, iv) societal e v) ambiental. Expressa-se, portanto, um alargamento do conceito de segurança, visto que, admitir essas outras dimensões equivale

a aceitar que as ameaças não são mais apenas de cunho estritamente militar, pois podem assumir novas formas como aquelas relacionadas à saúde, como epidemias e pandemias de determinadas doenças como a AIDS, a influenza e gripe aviária, dentre outras.

Em sua obra *Security – a new framework for analysis* (1998), Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, explicam cada uma dessas dimensões. Contudo, para compreender cada dimensão os autores trazem o conceito de securitização. A Securitização é o ato de trazer um assunto, um possível acontecimento, ou, ainda, o acontecimento de um fato para a esfera da segurança, em outros termos, trazer questões para o campo da segurança e assim fazer deles uma ameaça. Como os autores da Escola de Copenhague aceitam como ponto de partida que a segurança é algo subjetivo, ou seja, não pode ser analisado de modo objetivo, é possível inferir que a segurança é uma percepção em que o agente securitizador (que varia de acordo com cada dimensão) percebe algo, e a partir disso o interpreta como uma ameaça ou não. Portanto, afirma-se também que “[...] os critérios para securitização, segundo o grupo de Copenhague, são práticas intersubjetivas [...]” (DUQUE, 2009, pg.477). Desse modo Rudzit e Nogami (2010, P.11) indicam que: “[...] um tópico se torna de segurança não necessariamente por causa da existência de uma ameaça real, mas porque ele é apresentado como uma ameaça.”.

Destarte, o conceito do ato de fala, ou *speech-act*, que seria todo o discurso proferido pelo agente securitizador, é o que faz, inicialmente, uma questão ser transferida para uma análise no campo da segurança (DUQUE, 2009, p.478). Nas palavras de Wæver, “O que é então segurança? [...] podemos conceber a segurança como um ato de fala” (DUQUE, 2009, p.478).

Para estar securitizado, a questão não basta ser proferida em um discurso, tem que ser aceita pelo “público” e, assim, haverá legitimidade para que quaisquer medidas aprovadas, pelo securitizador, sejam utilizadas. Marina Guedes Duque (2009, pg.479) ainda aponta que quando um tema passa pelo processo e é efetivamente securitizado, ele passa de uma esfera de política comum para uma de política emergencial, o que implica em confidencialidade e a legitimidade de se utilizar quaisquer instrumentos.

Nos debates acadêmicos entre segurança e saúde, é de longa data o entendimento acerca de como a condição física das tropas militares afeta sua performance operacional. Nas campanhas militares, são muitos os exemplos encontrados na história sobre a morte de milhares de soldados vítimas de doenças como a cólera e desinteria. No entanto, dos anos 1990 para cá, uma série de estudos surgiu tentando entender a complexa relação entre segurança e saúde.

Grande parte dos estudos publicados sobre segurança e saúde apresentam uma robusta ênfase centrada no Estado nação. De fato, muitos discursos proferidos por ministros de saúde e de relações exteriores de diversos países tornaram pública a importância de priorizar o interesse nacional nas discussões sobre a segurança da saúde. Por exemplo, em 1999 a Agência Central de inteligência (CIA) dos Estados Unidos identificou uma série de riscos para a segurança do país partir de doenças transmissíveis, de riscos oriundos da rápida globalização e do crescente movimento internacional de bens e pessoas. A partir de então, a CIA passou a defender veementemente o argumento de que as doenças infecciosas podem também apresentar um potencial risco para a estabilidade do sistema internacional e para o crescimento econômico dos países.

Considerações Finais

Conclui-se, desse modo, que o papel da Escola de Copenhague teve grande destaque ao apresentar uma nova percepção da segurança e novos conceitos como o de securitização e dessecuritização.

Destaca-se que a Saúde, entendido como fenômeno da natureza, permaneceu, ao longo do século XIX, relegada ao estudo pelas ciências biológicas e naturais. Dessa forma, as bases teóricas e epistemológicas da Saúde Coletiva encontram guarida nessa suposta ‘separação’ entre o biológico e o social, evidenciada, de um lado, pela negação do meio ambiente, e de outro, na afirmação do fenômeno social e da sociedade.

Entendemos que os estudos sobre as relações entre segurança e saúde são relevantes na medida que cada vez mais importantes autoridades, tanto governamentais como da iniciativa privada, alertam sobre os riscos e prováveis impactos de epidemias e pandemias de doenças infecciosas. A aproximação entre saúde e segurança é bem vinda na medida que tais estudos podem servir como importantes instrumentos para a construção de políticas públicas de saúde.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Oxford, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 2001.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: Giddens, A.; Beck, U. e Lasch, S. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp: 1997.

_____. *O que é Globalização? - Equívocos do Globalismo - Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Liberdade ou Capitalismo. Ulrich Beck conversa com Johannes Willms*. Editora Unesp, 2003.

BECK, U; ZOLO, D. A sociedade global do risco: Um diálogo entre Ulrich Beck e Danilo Zolo. *Prim@ Facie* 1(1), 2002.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

CASTIEL, L. D. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

DUQUE, Marina. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, vol 31, n3, 2009.

IANNI, A. M. Z. *Questões Contemporâneas sobre Natureza e Cultura: notas sobre a Saúde Coletiva e a Sociologia no Brasil*. Saúde e Sociedade (USP. Impresso), v. 20, p. 32-40, 2011.

MORAN, E. Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2011.

NUNES, E. D. Saúde Coletiva: história de uma ideia e de um conceito. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo? Civitas, v.5, n.2, jul-dez. Porto Alegre, 2005.

SPINK M.J. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. Cadernos de Saúde Pública, (17), 2001.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 25, n.1, 2003.

TOMÉ, Luís. Segurança e Complexo de segurança: conceitos operacionais. JANUS-NET e-journal of international Relations, n1, outono 2010.

VILLA, Rafael Duarte. A securitização, o overlapping das guerras às drogas e ao terror na agenda de segurança dos Estados Unidos: caso Colômbia. In: NASSER (Org.) Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. São Paulo: Editora UNESP, 2009.